

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Ação e reação

O presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Rodolfo Nogueira (PL-MS), propôs a convocação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos sobre as novas medidas em estudo pelo governo. O motivo de alerta é a possível tributação das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

Mais críticas

Além do agro, o setor petrolífero também critica as propostas da equipe econômica. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) vê com preocupação a tributação na fonte de dividendos pagos ao exterior para pessoas jurídicas. Esse item está previsto no projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. “A ação compensatória impacta a confiança de investidores e coloca em risco a alocação de recursos no país”, alega o instituto.

Bancando o golpe

Durante o depoimento no Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro Mauro Cid afirmou que apoio aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro pode ter vindo do agronegócio. “Provavelmente era o pessoal do agronegócio, para manter as manifestações nos quartéis”, disse Cid sobre o dinheiro obtido pelo general Braga Netto.

Chega de impostos

Apesar de muita conversa entre governo e Congresso, as principais frentes parlamentares cobram do Executivo corte de gastos e freio na alta de impostos. “Não é possível seguir onerando o setor produtivo enquanto os verdadeiros ajustes estruturais seguem sendo postergados”, dizem, em manifesto conjunto. Na manifestação, as bancadas também exigem uma reforma administrativa urgente e um ambiente de negócios mais previsível.

O vespeiro dos supersalários

Pressionado pelo impasse fiscal com o Legislativo, o governo voltou a mencionar supersalários como uma medida para reduzir o déficit nas contas públicas. A contenção dos polpidos contracheques no serviço público tem sido evitada por décadas. De forma cautelosa, notáveis da República têm defendido um pacto entre os Poderes para evitar exageros. No Judiciário, onde frequentemente se veem casos de vencimentos extrateto, a alegação é de que os penduricalhos estão previsto em lei. E la nave va...

Na Câmara, o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), tem sido uma das vozes contudentes contra os supersalários. Ele afirmou que, caso o relator da reforma administrativa, Pedro Paulo (PSD-RJ), não inclua a revisão de penduricalhos, o texto virá do Executivo. “Uma reforma administrativa de verdade tem que tocar nos supersalários. Tem desembargador ganhando R\$ 400 mil por aí. É razoável que todos os Poderes contribuam. As reformas administrativas aqui sempre poupam o Judiciário e o Legislativo”, criticou o líder partidário.



Desinformação nas escolas

A Associação De Olho no Material Escolar descobriu, em estudo realizado pela USP, que 87,38% de 345 menções ao agronegócio analisadas nos materiais didáticos carecem de embasamento científico. Com base nisso, parlamentares apresentaram emendas ao Plano Nacional da Educação, em elaboração na Câmara dos Deputados. Além desse ponto, as emendas abordam temas como a antecipação da alfabetização para o 1º ano, uso de material com evidências científicas e aplicação responsável dos 10% do PIB.

Em boa hora

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP/foto), participa do 2º Brasília Summit Lide — **Correio Braziliense** nesta quarta-feira. O evento é oportuno, no momento em que o Congresso avalia pedidos importantes em relação ao setor econômico. Alcolumbre irá discursar na abertura do fórum, a partir das 8h.

Carlos Moura/Agência Senado



Cultura é tudo

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) lança hoje, às 19h na Livraria Circulares, na Asa Norte, o livro *Cultura é Poder*. A publicação aborda a cultura como fator de transformação social e conta com a participação especial da professora Olgamir Amancia.

Paixão centenária

Nesta quarta-feira, é hora de assistir a uma das histórias mais fascinantes do Brasil. O espetáculo “Chatô & os Diários Associados – 100 anos de paixão” mostra ao público da capital federal por que Assis Chateaubriand, além de fundador de um dos maiores grupos de mídia da América Latina, foi personagem central para a valorização da cultura brasileira. Imperdível.

PODER Motta diz que Casa decretará a perda do mandato de Zambelli após STF confirmar a condenação da deputada. Segundo ele, não cabe mais colocar o tema em votação. Ministério aguarda documento para pedir extradição da parlamentar

Cerco fechado também na Câmara

» WAL LIMA
» VICTOR CORREIA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou que a Casa vai cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e declarar a cassação do mandato da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), sem submeter o assunto ao plenário. Na última sexta-feira, a Corte confirmou a condenação da parlamentar a 10 anos de prisão e perda da função pública por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“O tratamento que vamos dar é o de seguir o rito regimental para o cumprimento da decisão do STF. Até porque essa é a única alternativa; a única coisa que temos a fazer, já que o processo foi concluído, com a condenação (da parlamentar)”, destacou Motta, em evento em São Paulo. “Quando há uma conclusão de julgamento do STF, não cabe mais ao presidente da Câmara colocar isso em votação, porque já há a condenação. Então, a decisão judicial tem que ser cumprida”, acrescentou.

Ele ressaltou que o caso da parlamentar foi atípico e sem precedentes na Câmara. “Veio uma decisão condenatória. Quando chegou o momento de (apreciação, pelo STF) dos embargos, ela decidiu ir para outro país. Porque, penso eu, ela tinha cidadania italiana e, lá, teria a oportunidade de não cumprir uma possível pena”, afirmou. “Por causa dessa decisão de fugir para outro país, o STF, penso eu, antecipou a análise do embargo e concluiu o julgamento na última semana.”



O tratamento que vamos dar é o de seguir o rito regimental para o cumprimento da decisão do STF. Até porque essa é a única alternativa; a única coisa que temos a fazer, já que o processo foi concluído, com a condenação”

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

O parlamentar também esclareceu a razão de ter atendido, na semana passada, a um pedido de Zambelli, concedendo-lhe 127 dias de licença. “Ela tinha pedido uma licença médica, seguida de uma licença para tratar interesse particular, antes da decisão do STF. Concedemos essa licença até para que seu suplente (Coronel Tadeu) pudesse assumir o mandato e, a partir daí, aguardar o desfecho do processo”, ressaltou.

A confirmação da condenação de Zambelli ocorreu três dias após a deputada anunciar que deixou o Brasil com o propósito de se estabelecer na Europa e, assim, evitar ser presa.

Ela saiu do país pela fronteira terrestre da Argentina e viajou aos Estados Unidos. Dias depois, seguiu para Itália, onde chegou pouco antes de ter o

Lula Marques/EBC



Condenada a 10 anos de prisão por invasão aos sistemas do CNJ, Zambelli fugiu para a Itália

nome incluído na lista de fugitivos da Interpol. A deputada se disse “intocável” no país europeu, por ter cidadania italiana.

Na quarta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, decretou a prisão preventiva dela e o bloqueio dos passaportes (inclusive o diplomático), salários, contas bancárias, bens móveis e imobiliários e acesso às redes sociais. Com o processo transitado em julgado, a parlamentar tem de começar a cumprir a pena.

Deportação

Integrante da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na viagem à França, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, disse que a pasta aguarda a documentação para pedir a deportação de

Zambelli para o Brasil — requeirida pelo STF.

“Nos casos de extradição, o Ministério da Justiça cumpre determinação do Poder Judiciário. Essa documentação está em tramitação. Quando chegar ao ministério, vamos fazer o trabalho protocolar, apenas, sem entrar no mérito”, explicou Lewandowski.

O ministro da Justiça e o presidente Lula visitaram ontem a Interpol. O presidente evitou comentar sobre o pedido de extradição de Zambelli e a respeito de o nome dela ter sido incluído na difusão vermelha da entidade, após pedido do STF.

Em breve conversa com jornalistas no local, Lula se ateve a comentar sobre a gestão do brasileiro Valdecy Urquiza à frente da Interpol. Ao ser questionado sobre Zambelli, o chefe do Executivo deixou o local sem responder.

» X recorre contra decisão de Moraes

A rede social X pediu, ontem, ao ministro Alexandre de Moraes que reconsidere a ordem para bloquear os perfis da deputada Carla Zambelli. A empresa solicita que o magistrado volte atrás na própria decisão ou envie o processo para análise no plenário da Corte. Como alternativa, caso o STF negue liberar os perfis, o X pede que seja decretada apenas a remoção de publicações específicas, e não das contas inteiras, ou que o tribunal defina um prazo máximo para os perfis ficarem fora do ar. A plataforma argumenta que o bloqueio completo das contas é desproporcional.

Relatório da CPI das Bets

» DANANDRA ROCHA

A CPI das Bets, que investiga irregularidades no setor de apostas on-line, terá hoje seu momento decisivo, com a apresentação e votação do relatório final da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). A reunião está marcada para as 10h, no Senado.

O documento consolida os trabalhos do colegiado, que realizou 20 reuniões e ouviu 19 pessoas desde novembro de 2024. Além de propor mudanças na legislação, o relatório pode recomendar indiciamentos, caso haja indícios de crime — nesses casos, os autos são encaminhados ao Ministério Público ou à Polícia Federal.

Em entrevista ao **Correio**, o senador Izalci Lucas (PL-DF), integrante da comissão, defendeu mudanças profundas no setor. “Estou concluindo aqui o relatório da CPI das Bets, em que sugiro mudar 100% do que está acontecendo hoje”, afirmou.

Entre os pontos centrais destacados pelo parlamentar, estão a ausência de fiscalização adequada, a forma atual de regulamentação, a necessidade de concessões via licitação e a publicidade desenfreada. “Hoje nós não temos sequer mecanismo de fiscalização, não há fiscalização nenhuma nem do Banco Central, nem da Receita Federal, nem do Ministério da Fazenda com relação a essa questão”, criticou.

Outro eixo importante, segundo Izalci, é o controle sobre as propagandas — especialmente as de influenciadores digitais. “Estão exageradas demais. Tem de botar limite de horário.”